

**PROCESSO** - A.I. Nº 232902.0011/03-0  
**RECORRENTE** - MILCO ALIMENTOS LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 4º JJF nº 0152-04/03  
**ORIGEM** - IFMT – DAT/METRO  
**INTERNET** - 18/07/03

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO CJF Nº 0378-11/03**

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL COM O PRAZO DE VALIDADE VENCIDO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Os documentos fiscais emitidos depois de expirado o prazo de validade não mais servem aos fins a que se destinavam quando eram válidos. Nessa situação, eles são considerados inidôneos fazendo prova apenas em favor do fisco. Infração caracterizada. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso Voluntário apresentado ao Acórdão n.º 0152-04/03, da 4ª JJF, que, por Decisão unânime de seus membros, julgou Procedente o presente Auto de Infração, lavrado em 14/02/03 pelo trânsito de mercadorias, para exigir imposto no valor de R\$ 2.585,07, em virtude da utilização de documento fiscal com prazo de validade vencido.

O recorrente, no seu Recurso Voluntário, repete integralmente os argumentos que trouxe na impugnação inicial. Tomo a liberdade de transcrever o resumo destes feitos pelo relator da Decisão recorrida:

*“O autuado apresentou defesa tempestiva (fls. 16 a 27), alegando que a expiração do prazo limite para emissão das Notas Fiscais n<sup>os</sup> 15009, 15010 e 15011 (fls. 8, 10 e 11) não é razão para a autuação, conforme prevê o art. 209, III, parágrafo único, do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia, aprovado pelo Decreto n<sup>o</sup> 6284/97, (RICMS-BA/97), cujo teor transcreve. Diz que a desconsideração do documento fiscal é um procedimento excepcional, só admissível quando a irregularidade torna o documento fiscal imprestável para o fim a que se destina.*

*Após transcrever disposições do art. 18 do Convênio SINIEF s/n, de 15 de dezembro de 1970, o autuado diz que os elementos indispensáveis às notas fiscais e que não podem conter erros são os “necessários à fixação dos critérios pessoal (sujeitos envolvidos na operação de circulação de mercadorias), material (a operação efetivada), quantitativo (relativo à apuração do ICMS, base de cálculo, alíquotas) e temporal (ICMS normal, suspensão ou diferimento).” Afirma que, nesse contexto, a data-limite de utilização da nota fiscal não é um requisito suficiente para torná-la inidônea, uma vez que o seu não atendimento não implicaria na imprestabilidade da escrituração a que se destina.*

*Prosseguindo em sua defesa, transcreve os artigos 6º, 16 e 19 do citado Convênio e conclui afirmando que, como cabe aos Estados incluir ou não a data limite na nota fiscal, esse dado não é um elemento capaz de tornar imprestável o documento fiscal. Diz que o autuante deveria buscar a intenção da lei, para poder utilizá-la com razoabilidade e eficiência.*

*Explica que a data limite para emissão de nota fiscal serve como um instrumento de controle e verificação dos contribuintes, porém não pode servir como instrumento para*

*apenas contribuintes que escrituraram as suas operações e promoveram o recolhimento do imposto.*

*Afirma que o cálculo do imposto exigido está equivocado, pois o autuante, ao aplicar a multa de 100%, somou erroneamente ao valor da multa o valor do imposto, conforme planilha à fl. 25. Frisa que o fundamento do Auto de Infração apenas se refere à suposta penalidade por descumprimento de obrigação tributária acessória, não servindo para cobrança de imposto. Transcreve o artigo 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 7629/99, (RPAF/99).*

*Requer o benefício previsto no art. 42, § 7º, da Lei nº 7014/96, para o descumprimento de obrigação tributária acessória, alegando que não houve dolo, fraude ou simulação e não implicou falta de pagamento do imposto, uma vez que procedeu regularmente à sua escrituração fiscal, conforme DMA à fl. 51, possuindo inclusive saldo credor no mês de fevereiro de 2003.*

*Assevera que, em caso semelhante, a 2ª CJF deste CONSEF, por meio do Acórdão CJF Nº 0068-12/02, decidiu que o prazo de validade vencido não torna o respectivo documento fiscal inidôneo. Transcreve o teor do voto dessa Decisão e, às fls. 28 a 33, reproduz o respectivo Acórdão e a Resolução nº 905/98. [a Resolução n.º 905/98 não é repetida no Recurso Voluntário]*

*Protesta por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente a diligência ou perícia fiscal e a juntada posterior de documentos. Ao final, pede a improcedência do Auto de Infração ou, caso assim não entenda o órgão julgador, solicita que, do crédito tributário, seja expurgado o valor apurado referente ao ICMS.”*

A representante da PGE/PROFIS se manifestou nos autos, asseverando que o julgamento de 1ª Instância analisou pormenorizadamente todas as alegações defensivas, rebatendo-as uma a uma, e disse entender que o julgamento realizado está correto e claro ao julgar procedente a autuação, mormente quanto ao cálculo do imposto devido, que também é questionado pelo recorrente.

Opinou pelo Não Provimento do Recurso Voluntário.

## **VOTO**

O presente Auto de Infração foi lavrado pela fiscalização do trânsito de mercadorias, para exigir imposto no valor de R\$2.585,07, em virtude da utilização de documento fiscal com prazo de validade vencido.

O recorrente admite que emitiu as Notas Fiscais nºs 15009, 15010 e 15011 depois de expirado o prazo de validade delas, mas alega que esse fato não é razão para a inidoneidade dos citados documentos fiscais, pois a irregularidade não era de tal ordem que os tornassem imprestáveis para os fins a que se destinavam.

O artigo 209, III, do RICMS-BA/97, estabelece que será considerado inidôneo, fazendo prova apenas em favor do fisco, o documento fiscal que for utilizado após vencido o prazo de validade nele indicado.

Já o seu Parágrafo único, e me parece que é nele que o contribuinte se apegua, prevê que, nos casos dos incisos I, III e IV, somente se considerará inidôneo o documento fiscal cujas irregularidades forem de tal ordem que o tornem imprestável para os fins a que se destine.

Corroboro com o pensamento do relator da 4ª JJF, quando, ao interpretar os dispositivos mencionados, entendeu que a ressalva feita no parágrafo único, em relação ao inciso III, é aplicável apenas quando o documento fiscal não guardar os requisitos ou exigências

regulamentares, pois somente quando o documento “não guardar os requisitos ou exigências regulamentares” a irregularidade terá uma gradação e, de acordo com essa gradação, poderá o documento fiscal ficar imprestável para os fins a que se destina, mas, “no caso de utilização depois de vencido o prazo de validade nele indicado”, não há nenhuma gradação: ou o documento foi emitido depois de vencido o prazo de validade ou não foi; não há meio termo.

Também coaduno com entendimento dos membros da 1ª Instância de que as alegações defensivas pertinentes ao Convênio SINIEF s/n, de 15 de dezembro de 1970, não elidem a acusação, pois o Regulamento do ICMS do Estado da Bahia prevê prazo de validade para utilização de documentos fiscais, e esta previsão regulamentar não pode ser desprezada, como se fosse algo que estivesse sobrando na lei.

Então, concluo que a infração está caracterizada, sendo correto o lançamento de ofício do tributo.

Quanto à solicitação do recorrente de que lhe fosse concedido o benefício previsto no art. 42, § 7º, da Lei nº 7014/96, este dispositivo não se aplica a este caso concreto, pois não está a se exigir multa por descumprimento de obrigação acessória, mas por descumprimento de obrigação principal.

Em relação à escrituração das notas fiscais, tal fato não está comprovado nos autos.

Ainda assim, mesmo que as notas fiscais em questão estivessem escrituradas também não elidiria a acusação, pois tal escrituração se dá em momento posterior à emissão das tais notas.

Cabe, entretanto, à INFAZ de origem, no momento da homologação deste lançamento, apreciar se houve ou não recolhimento do tributo via lançamento na escrita fiscal do contribuinte.

Quanto ao Acórdão CJP nº 0068-12/02, este trata de uma situação diversa da presente, pois naquele caso se entendeu que as notas fiscais foram validadas pela Secretaria da Fazenda ao lacrar a respectiva carga.

Destarte, o meu voto é pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado pelo autuado, para homologar a Decisão recorrida.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232902.0011/03-0**, lavrado contra **MILCO ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.585,07**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “a”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de julho de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

CIRO ROBERTO SEIFERT – RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PGE/PROFIS